



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0002384-87.2014.8.26.0472**  
Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato**  
Autor: **Justiça Pública**  
Réu: **Wagner Quadros Tanno**

VISTOS.

WAGNER QUADROS TANNO, qualificado a fls.101/102, com foto a fls.96, foi denunciado como incurso no art.168, "caput", do Código Penal, porque em 16.12.13, em horário indeterminado, em São Carlos, apropriou-se do veículo GM Corsa, 2004, bege, São Carlos, placas NFI-1840, de propriedade da locadora de veículos "Locar Me", cuja locatária era Nayara de Marchi (fls.09).

Consta que Nayara alugou o referido veículo e o entregou para o denunciado, seu conhecido, para que ele o levasse até um lava rápido, oportunidade em que o acusado inverteu o título de posse, apropriando-se do carro, desaparecendo e vendendo-o para terceira pessoa na cidade de Porto Ferreira.

Recebida a denúncia (fls.179), sobrevieram citação, com hora certa, e resposta escrita, sem absolvição sumária (fls.211).

Em audiência de instrução foram ouvidas três

**0002384-87.2014.8.26.0472 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**3ª VARA CRIMINAL**

**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

testemunhas arroladas pela acusação (fls.237, 238 e 239) e interrogado o réu (fls.240), sendo ouvida, depois, em diligência, uma testemunha referida, por carta precatória (fls.277).

Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação, observando a multirreincidência e os maus antecedentes do réu; a defesa pediu a absolvição por falta de provas e do dolo, invocando a dúvida quanto à prática do delito.

É o relatório

**D E C I D O**

Nayara (fls.237) confirmou ter entregue o carro ao réu tão somente para que ele o levasse ao lava-rápido, após o que deveria devolvê-lo à depoente.

Irrelevante é o fato de Nayara ser ou não conhecida ou amiga do acusado, posto que emprestou o veículo a ele apenas para que fosse lavado, sem dar-lhe autorização para que desse ao bem destino diverso. A juntada de diálogo entre ambos no facebook (fls.302/303) não altera essa conclusão.

Contudo, a testemunha referida Sebastião (fls.277/280-mídia), residente em Porto Ferreira, confirmou ter comprado o veículo oferecido pelo acusado que, portanto, inverteu a posse do bem e dele dispôs, como se dono fosse. E não há razão para duvidar desta testemunha, até porque já havia repassado o bem a terceiro, residente noutra cidade (Tambauí), procedimento típico de quem age como dono e, no seu ofício (comerciante de


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CRIMINAL**
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

veículos), aliena o bem.

Desnecessária, no caso dos bens móveis, a formalização de contrato de compra e venda, bastando a tradição para a prova do negócio.

Celso (fls.238), funcionário da empresa locadora, esclareceu que foi Nayara quem alugou o veículo (nada referindo sobre a participação ou presença do réu, circunstância que não se pode afirmar, por conseguinte, a fim de emprestar credibilidade à versão do interrogatório (fls.240/240v).

O policial Edson (fls.239) esteve, em Porto Ferreira, no comércio de veículos de Sebastião, que informou ter sido o carro levado por uma pessoa de Tambaú, a qual, então, trouxe de volta o bem, cuja posse havia sido, antes, invertida.

A versão do interrogatório (fls.240/240v) destoa completamente do restante das provas e não traz explicação verossímil sobre a conduta do réu, sequer criando dúvida razoável em seu benefício, destacando-se que o acusado confirmou ter entregue o carro a Sebastião, sem voltar para buscá-lo, situação compatível, ademais, com a de quem aliena o bem e inverte, dolosamente, o título da posse, sem intenção de restituir o bem, situação que não se modificou quando o réu, indagado pela polícia, indicou o local onde havia deixado o automóvel.

Nessas condições, a condenação é de rigor, inexistindo falta de dolo ou de prova da existência do crime: ao contrário, a prova é harmônica, firme e coesa para a responsabilização penal, observando-se, na



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**3ª VARA CRIMINAL**

**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

dosagem da pena, que o réu possui maus antecedentes (fls.154, 161, 165) e é reincidente (fls.158).

Ante o exposto, julgo PROCEDENTE a ação e condeno Wagner Quadros Tanno como incurso no art.168, "caput", c.c. art.61, I, do Código Penal.

Passo a dosar a pena.

Atento aos critérios do art.59 do Código Penal, considerando os maus antecedentes de fls.154, 161 e 165, fixo-lhe a pena-base acima do mínimo legal, em um ano e três meses de reclusão, mais doze dias-multa, no mínimo legal.

Pela reincidência, elevo a sanção em 1/6, perfazendo a pena definitiva de 01 (um) ano, 05 (cinco) meses e 15 (quinze) dias de reclusão, mais 14 (quatorze) dias-multa, no mínimo legal.

Considerando os maus antecedentes (três condenações anteriores) e a reincidência (quarta condenação), indicando a ausência de ressocialização e a persistência no ilícito, tudo revelando maior culpabilidade, a pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em regime fechado, nos termos do art.33, e parágrafos, do CP, afastada a substituição da pena corporal por pena restritiva de direitos ou a concessão do "sursis", nos termos dos arts.44, II, III e §3º (não é socialmente recomendável a substituição quando há várias condenações anteriores, que não foram suficientes para impedir ou desestimular a prática do novo delito) e 77, I e II, todos do Código Penal.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O réu respondeu ao processo em liberdade e nessa condição poderá apelar. Após o trânsito em julgado será expedido mandado de prisão.

Custas na forma da lei.

P.R.I.C.

São Carlos, 7 de junho de 2017

André Luiz de Macedo

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**